

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Santo André solicitando que, por intermédio da Secretaria de Educação, sejam prestados esclarecimentos acerca da implantação e funcionamento do modelo de educação em período integral nas escolas da rede municipal, planejado para o ano de 2026.

Conforme inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município

Senhor Presidente

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Santo André, nos termos do inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município, que, por intermédio da Secretaria de Educação, sejam prestados esclarecimentos acerca da implantação e funcionamento do modelo de educação em período integral nas escolas da rede municipal, planejado para o ano de 2026.

JUSTIFICAMOS a iniciativa tendo em vista que a implantação da Educação Integral constitui uma das mais relevantes políticas públicas no campo educacional, por promover o aumento do tempo de permanência da criança na escola, integrando atividades pedagógicas, culturais, esportivas e sociais, contribuindo de maneira significativa para a formação integral do estudante e, ao mesmo tempo, oferecendo suporte fundamental às famílias que necessitam de acolhimento escolar durante todo o período de trabalho.

Contudo, é preciso ressaltar que, diante da proximidade do próximo ano letivo, persistem dúvidas por parte da população a respeito da efetiva implementação da política de período integral em nossa rede municipal. Tais dúvidas impactam diretamente o planejamento das famílias, que necessitam de previsibilidade para organizar sua rotina, em especial as famílias em que ambos os responsáveis trabalham e não dispõem de alternativas seguras para deixar suas crianças fora do horário escolar.

Essa situação é ainda mais delicada no caso das crianças que atualmente se encontram matriculadas em creches municipais e conveniadas em regime de período integral e que, a partir de 2026, realizarão a transição para a etapa da Educação Infantil. Muitas dessas famílias não têm a certeza de que haverá vagas em período integral na nova fase, o que gera insegurança e pode resultar em consequências graves, como a necessidade de abandono do emprego por parte de um dos responsáveis. Esse cenário compromete não apenas a renda e a estabilidade familiar, mas também afeta negativamente a dinâmica econômica da cidade, uma vez que reduz a capacidade de manutenção de postos de trabalho e de geração de renda.

Diante disso, e considerando a relevância do tema, solicitamos que a Prefeitura, por meio da Secretaria de Educação, encaminhe a esta Casa as seguintes informações:

1. Quais escolas da rede municipal oferecerão vagas em **período integral** no ano de 2026?



2. Qual será o **número total de vagas disponibilizadas** para essa modalidade?
3. Quais os **critérios de seleção e prioridade** a serem adotados para a matrícula das crianças no período integral?
4. Qual será o **calendário de inscrições e matrículas** para o período integral em 2026?
5. As crianças atualmente matriculadas em **creches de período integral (municipais e conveniadas)** terão **atendimento garantido** em período integral na etapa subsequente da Educação Infantil?
6. Há previsão de **ampliação gradual** do número de escolas e de vagas em período integral nos próximos anos?
7. Quais serão as **atividades pedagógicas, esportivas e culturais** desenvolvidas no contraturno, e qual será a **formação dos profissionais** responsáveis por essas atividades?
8. Estão previstas **parcerias com entidades sociais, culturais e esportivas** para complementar as ações no contraturno escolar?
9. Como será garantida a **infraestrutura necessária** (alimentação, espaços adequados, segurança, transporte escolar, recursos humanos) para viabilizar a educação integral?
10. Quais os **recursos orçamentários** já estão previstos e destinados para a execução e manutenção dessa política pública em 2026?

O presente Requerimento tem por objetivo assegurar transparência e oferecer à sociedade clareza sobre como será conduzida a política de Educação Integral no próximo ano. A disponibilização dessas informações permitirá que os pais e responsáveis possam planejar de forma antecipada a vida escolar de seus filhos, evitando situações de vulnerabilidade social e econômica, especialmente no que se refere à manutenção dos empregos e à garantia de sustento familiar.

Trata-se, portanto, de uma demanda que, além de estar diretamente vinculada à qualidade da educação municipal, também impacta o desenvolvimento social e econômico de Santo André, razão pela qual deve ser tratada com a devida prioridade e atenção pelo Poder Público.

Diante do exposto, requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que seja oficiado o Chefe do Poder Executivo Municipal para que, por intermédio da Secretaria da Educação, encaminhe as informações acima solicitadas.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 26 de agosto de 2025.

Ver. Dr. Fabio Lopes
VEREADOR

